

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

---

DIREITO AMBIENTAL: COMPREENSÃO INTRODUTÓRIA.....	31
1. Introdução .....	31
2. Bem jurídico tutelado: meio ambiente.....	31
2.1. Conceito .....	31
2.2. Classificação .....	33
2.2.1. Meio ambiente natural ou físico.....	35
2.2.2. Meio ambiente artificial .....	35
2.2.3. Meio ambiente cultural .....	36
2.2.4. Meio ambiente do trabalho.....	36
3. Bens ambientais.....	36
3.1. Macrobem .....	36
3.2. Microbens .....	37
4. Meio ambiente como bem de uso comum do povo.....	37
5. Direito Ambiental.....	38
5.1. Definição .....	38
5.2. Autonomia .....	38
5.3. Objetivo .....	39
5.4. Fundamentos éticos e filosóficos do direito ambiental: antropocentrismo x biocentrismo x ecocentrismo .....	39

5.5. A dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana.....	41
5.6. Legitimação social dos valores ecológicos .....	43
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	44
7. Legislação específica correlata .....	45
8. Questões de concurso .....	47
8.1. Questões .....	47
8.2. Gabarito e comentários.....	48

## **CAPÍTULO II**

TUTELA INTERNACIONAL DO DIREITO AMBIENTAL .....	49
1. Introdução .....	49
2. Convenções e documentos internacionais.....	49
2.1. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Estocolmo/72.....	50
2.2. Relatório de Brundtland – 1987 .....	51
2.3. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 1992).....	52
2.3.1. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento .....	52
2.3.2. Agenda 21 .....	53
2.3.3. Declaração de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável das Florestas.....	53
2.3.4. Convenção-Quadro sobre mudanças do Clima .....	53
2.3.5. Convenção sobre Diversidade Biológica ou de Biodiversidade.....	54
2.4. Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) .....	55
2.5. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)	55
2.6. Cúpula de Desenvolvimento Sustentável (2015).....	55
2.7. Acordo de Paris (2015) .....	56

3. Incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro.....	56
3.1. Noções gerais.....	56
3.2. Controle de convencionalidade.....	58
4. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	59
5. Legislação específica correlata .....	61
6. Questões de concursos.....	62
6.1. Questões .....	62
6.2. Gabarito e Comentários.....	63

### **CAPÍTULO III**

TUTELA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	65
1. Introdução .....	65
2. Evolução Histórica da Legislação Ambiental no Brasil.....	65
3. Interpretação da Legislação Ambiental no Brasil.....	68
4. PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	70
4.1. Art. 225 CF – Capítulo do Meio Ambiente.....	71
4.1.1. Regra matriz: Meio ambiente como direito fundamental (caput) ....	71
4.1.2. Instrumentos de garantia de efetividade (§1º).....	75
4.1.2.1. Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas..	76
4.1.2.2. Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.....	77
4.1.2.3. Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção .....	78

4.1.2.4.	Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.....	79
4.1.2.5.	Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente .....	79
4.1.2.6.	Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente .....	80
4.1.2.7.	Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade .....	81
4.1.3.	Determinações particulares (§2º ao §6º) .....	82
4.1.3.1.	Exploração de recursos minerais e obrigação de reparação.....	82
4.1.3.2.	Responsabilidade tríplice ambiental .....	83
4.1.3.3.	Patrimônio Nacional .....	83
4.1.3.4.	Terras devolutas ou arrecadadas .....	84
4.1.3.5.	Usinas nucleares .....	85
4.1.4.	Artigo 225, §7º, CF/88: direito à cultura versus saúde animal (EC 96/17) .....	86
4.2.	Função socioambiental da propriedade .....	88
4.3.	Da ordem econômica .....	89
4.4.	Tributação e meio ambiente .....	90
5.	Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	91
6.	Legislação específica correlata .....	96
7.	Questões de concurso .....	100
7.1.	Questões .....	100
7.2.	Gabarito e comentários.....	101

**CAPÍTULO IV**

PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO AMBIENTAL .....	103
1. Introdução .....	103
2. Princípio da prevenção.....	103
3. Princípio da precaução.....	104
4. Princípio do poluidor pagador .....	105
5. Princípio do usuário pagador .....	106
6. Princípio do protetor recebedor.....	106
7. Princípio do desenvolvimento sustentável.....	107
8. Princípio da vedação ao retrocesso .....	108
9. Princípio da participação.....	109
9.1. Acesso à Informação .....	111
9.2. Participação pública .....	111
9.3. Acesso à Justiça .....	112
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	113
11. Legislação específica correlata .....	118
12. Questões de concurso .....	120
12.1. Questões .....	120
12.2. Gabarito e comentários.....	121

**CAPÍTULO V**

COMPETÊNCIA AMBIENTAL.....	123
1. Introdução .....	123
2. Competência legislativa.....	125
2.1. Competência concorrente (regra geral) – art. 24, CF/88.....	125
2.2. Competência privativa da União (exceção) – art. 22 .....	129
2.3. Competência exclusiva do Estado (exceção) – art. 25, §§ 1º e 3º .....	130

2.4. Competência exclusiva do Município (exceção) – art. 30, I .....	130
3. Competência executiva (material) .....	130
3.1. Competência comum (regra) – artigo 23 e artigo 225, da CF/88 .....	131
3.2. Competência exclusiva da União (exceção) – artigos 20 e 21, da CF/88 .....	134
3.3. Competência exclusiva do Município (exceção) – artigo 30, CF/88 .....	135
4. Lei Complementar 140/11: norma de cooperação .....	135
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	138
6. Legislação específica correlata .....	142
7. Questões de concurso .....	149
7.1. Questões .....	149
7.2. Gabarito e comentários.....	150

## **CAPÍTULO VI**

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE .....	153
1. Introdução .....	153
2. Princípios.....	154
3. Objetivos .....	155
3.1. Objetivo geral (art. 2º, caput) .....	155
3.2. Objetivos específicos (art. 4º) .....	155
4. Instrumentos da Política Nacional.....	156
4.1. Padrões de qualidade ambiental .....	157
4.1.1. Padrão de qualidade de água .....	158
4.1.2. Padrão de qualidade do Ar.....	159
4.1.3. Padrões de qualidade para ruídos .....	160
4.2. Zoneamento ambiental.....	161
4.3. Avaliação de impacto ambiental.....	162
4.4. Licenciamento ambiental.....	166

4.5. Revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;.....	171
4.6. Promoção de tecnologia limpa .....	173
4.7. Criação de espaços territoriais especialmente protegidos .....	173
4.8. O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente .....	174
4.9. Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental.....	175
4.10. As penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.	175
4.11. Relatório de Qualidade do Meio Ambiente.....	175
4.12. Dever de prestar informações relativas ao Meio Ambiente .....	176
4.13. Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais (CTF/APP).....	176
4.14. Instrumentos econômicos.....	179
4.14.1. Concessão florestal.....	180
4.14.2. Servidão ambiental.....	181
4.14.3. Seguro de responsabilidade civil por dano ambiental.....	183
5. SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente): conceito, estrutura, composição e competências .....	183
6. CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente): conceito, estrutura, composição e competências .....	183
7. Outros Órgãos.....	185
7.1. Ministério Meio Ambiente.....	185
7.2. IBAMA.....	186
7.3. Chico Mendes .....	186
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	186
9. Legislação específica correlata .....	190
10. Questões de concurso .....	195
10.1. Questões .....	195
10.2. Gabarito e comentários.....	198

**CAPÍTULO VII**

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	201
1. Introdução .....	201
2. Objetivos .....	202
3. Diretrizes .....	203
4. Estrutura.....	205
5. Unidades de conservação.....	205
5.1. Conceito .....	206
5.2. Categorias.....	206
5.2.1. Unidades de Proteção Integral .....	207
5.2.2. Unidades de Uso Sustentável .....	211
5.3. Criação .....	216
5.3.1. Transformação e ampliação.....	217
5.3.2. Desafetação ou redução .....	218
5.3.3. Limitações administrativas provisórias .....	218
5.3.4. Desapropriação e indenização .....	219
5.4. Implantação.....	220
5.4.1. Zona de amortecimento .....	220
5.4.2. Corredor ecológico .....	220
5.4.3. Plano de manejo.....	221
5.4.4. Mosaico de unidade de conservação.....	222
5.5. Gestão .....	222
5.5.1. Atividades proibidas nas unidades de conservação .....	223
5.5.2. Exploração de bens e serviços.....	224
6. Reserva da biosfera .....	225
7. Populações tradicionais.....	226
8. Compensação ambiental .....	226



9. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	228
10. Legislação específica correlata .....	231
11. Questões de concurso .....	239
11.1. Questões .....	239
11.2. Gabarito e comentários.....	241

## CAPÍTULO VIII

CÓDIGO FLORESTAL .....	243
1. Introdução .....	243
2. Princípios gerais .....	245
3. Área de preservação permanente .....	245
3.1. Introdução e definição.....	245
3.2. Modalidades .....	247
3.2.1. Legal .....	247
3.2.2. Ato do Executivo (interesse social).....	251
3.3. Regime de Proteção das APPs (Intervenção e supressão de vegetação) ....	254
3.3.1. Regra geral .....	254
3.3.2. Hipóteses excepcionais .....	254
3.3.2.1. Utilidade pública.....	255
3.3.2.2. Interesse social .....	256
3.3.2.3. Baixo impacto ambiental.....	257
3.3.2.4. Outras situações excepcionais .....	258
3.4. Acesso de pessoas e animais .....	259
3.5. Áreas consolidadas em APP .....	260
3.5.1. Áreas consolidadas: aplicação da teoria do fato consumado?.....	262
3.5.2. APP em unidade de conservação .....	264
3.5.3. APP em área urbana .....	264

3.6. Recomposição de APPs .....	267
3.6.1. Regra geral .....	268
3.6.2. Em área consolidada.....	268
3.6.2.1. Áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais.....	269
3.6.2.2. Áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes [e intermitentes] .....	270
3.6.2.3. Áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais .....	271
3.6.2.4. Áreas rurais consolidadas em Veredas.....	271
3.6.2.5. APP urbana .....	272
3.7. Indenizabilidade .....	272
4. Reserva legal.....	274
4.1. Introdução e definição.....	274
4.2. Localização .....	276
4.3. Delimitação (percentual).....	277
4.3.1. Regra geral .....	277
4.3.2. Hipóteses excepcionais .....	277
4.3.2.1. Afastamento da obrigatoriedade .....	277
4.3.2.2. Abrandamento da obrigatoriedade .....	278
4.3.2.3. Ampliação da obrigatoriedade .....	280
4.3.2.4. Cômputo em APP .....	280
4.4. Regime de Proteção .....	281
4.4.1. Regime de Agricultura Familiar .....	283
4.5. Regularização de déficit de Reserva Legal.....	284
4.5.1. Regime geral.....	284
4.5.2. Áreas consolidadas em Reserva Legal.....	285
4.5.3. Regime de Agricultura Familiar .....	288

4.5.4. A existência de um TAC celebrado na vigência da lei anterior.....	288
5. Áreas de uso restrito .....	289
5.1. Áreas úmidas.....	289
5.2. Áreas de inclinação superior a 25° e inferior a 45°.....	289
5.3. Apicuns e Salgados .....	290
6. Cadastro ambiental rural .....	291
7. Cota de reserva ambiental .....	292
8. Programa de regularização ambiental .....	293
9. Constitucionalidade analisada pelo STF: dispositivos que sofreram alteração .....	295
10. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	297
11. Legislação específica correlata .....	311
12. Questões de concurso .....	335
12.1. Questões .....	335
12.2. Gabarito e comentários.....	338

## **CAPÍTULO IX**

GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	341
1. Introdução .....	341
2. Princípios.....	342
3. Formatos de gestão .....	343
3.1. Gestão Direta .....	343
3.2. Gestão indireta: destinação às comunidades locais .....	343
3.3. Gestão indireta: concessão florestal.....	345
4. Concessão florestal.....	345
4.1. Aspectos procedimentais.....	347
4.1.1. Disposições gerais.....	347
4.1.2. Plano anual de outorga florestal (PAOF) .....	348

4.1.3. Processo de outorga .....	348
4.1.4. Licitação .....	349
4.1.4.1. Edital .....	349
4.1.4.2. Habilitação .....	350
4.1.4.3. Critérios de seleção .....	351
4.2. Licenciamento ambiental.....	351
4.3. Contrato de concessão .....	352
4.3.1. Aspectos gerais .....	352
4.3.2. Prazo .....	355
4.3.3. Equilíbrio econômico financeiro (preços florestais).....	356
4.3.4. Auditorias florestais .....	356
4.4. Extinção da Concessão.....	357
5. Órgãos responsáveis pela gestão e fiscalização.....	359
5.1. Poder Concedente .....	359
5.2. Controle e fiscalização.....	360
5.3. Órgão consultivo.....	360
5.4. Órgão Gestor .....	361
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	362
7. Legislação específica correlata .....	363
8. Questões de concurso .....	383
8.1. Questões .....	383
8.2. Gabarito e comentários.....	384

**CAPÍTULO X**

BIOMA MATA ATLÂNTICA .....	385
1. Introdução .....	385
2. Objetivos e princípios .....	387

3. Regime jurídico (área rural).....	387
3.1. Vegetação primária.....	389
3.2. Vegetação secundária em estágio avançado de regeneração.....	391
3.3. Vegetação secundária em estágio médio de regeneração .....	393
3.4. Vegetação secundária em estágio inicial de regeneração .....	395
3.5. Áreas urbanas e regiões metropolitanas.....	396
3.5.1. Vegetação primária.....	396
3.5.2. Vegetação secundária em estágio avançado .....	396
3.5.3. Vegetação secundária em estágio médio de regeneração .....	397
4. Atividades minerárias.....	398
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	398
6. Legislação específica correlata .....	401
7. Questões de concurso .....	408
7.1. Questões .....	408
7.2. Gabarito e comentários.....	408

## **CAPÍTULO XI**

POLÍTICA NACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	409
1. Introdução .....	409
2. Fundamentos .....	411
3. Objetivos .....	414
4. Diretrizes gerais.....	415
5. Instrumentos da política nacional de recursos hídricos .....	415
5.1. Planos de Recursos Hídricos .....	415
5.2. Enquadramento dos corpos de água em classes .....	416
5.3. Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos .....	416
5.3.1. Hipóteses de obrigatoriedade de outorga.....	418

5.3.2. Desnecessidade de outorga.....	420
5.3.3. Suspensão e extinção da outorga .....	421
5.4. Cobrança pelo uso de recursos hídricos .....	422
5.5. Compensação a municípios .....	423
5.6. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos .....	424
6. Competências .....	424
7. Sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos .....	425
7.1. Objetivos .....	425
7.2. Integrantes .....	426
7.2.1. Conselho Nacional de Recursos Hídricos .....	426
7.2.2. Agência Nacional de Águas.....	427
7.2.3. Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal ..	428
7.2.4. Comitês de Bacia Hidrográfica.....	429
7.2.5. Órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos .....	430
7.2.6. Agências de Água.....	430
7.2.7. Organizações civis de recursos hídricos .....	431
8. Infrações administrativas .....	431
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	432
10. Legislação específica correlata .....	434
11. Questões de concurso .....	443
11.1. Questões .....	443
11.2. Gabarito e comentários.....	445

## **CAPÍTULO XII**

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....	447
1. Introdução .....	447

2. Resíduos sólidos .....	448
2.1. Definição .....	448
2.2. Classificação .....	449
2.2.1. Quanto à origem .....	449
2.2.2. Quanto à periculosidade.....	450
3. Diretrizes .....	451
4. Princípios.....	453
5. Objetivos .....	457
6. Instrumentos da política nacional de resíduos sólidos.....	462
6.1. Planos de Resíduos Sólidos.....	463
6.1.1. Plano Nacional .....	464
6.1.2. Planos Estaduais .....	464
6.1.3. Planos Municipais (de gestão integrada) .....	466
6.1.4. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.....	469
6.2. Coleta seletiva.....	471
6.3. Logística reversa.....	474
6.4. Educação ambiental.....	475
6.5. Incentivos fiscais, financeiros e creditícios.....	476
6.6. Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) .....	477
6.7. Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.....	478
7. Responsabilidade.....	478
7.1. Responsabilidade compartilhada.....	480
7.2. Proibições legais .....	482
7.3. Responsabilidade por áreas órfãs.....	483
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	484

9. Legislação específica correlata .....	489
10. Questões de concurso .....	506
10.1. Questões .....	506
10.2. Gabarito e comentários.....	508

### **CAPÍTULO XIII**

RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL.....	511
1. Introdução .....	511
2. Dano ambiental.....	512
2.1. Noções Gerais.....	512
2.2. Características .....	513
2.3. Classificação .....	514
2.4. Formas de reparação.....	516
2.4.1. Restauração natural (in specie).....	517
2.4.2. Compensação por equivalente ecológico .....	517
2.4.3. Indenização pecuniária .....	517
3. Responsabilidade civil.....	518
3.1. Introdução .....	518
3.2. Natureza Jurídica .....	519
3.3. Responsabilidade do Poder Público (por sua omissão) .....	520
3.4. Situação excepcional: responsabilidade na geração e gerenciamento de agrotóxicos.....	521
3.5. Prescrição .....	522
4. Responsabilidade administrativa .....	523
4.1. Introdução .....	523
4.2. Natureza Jurídica .....	525
4.3. Infrações .....	528
4.4. Sanções .....	529



4.4.1. Advertência.....	530
4.4.2. Multa (simples e diária).....	530
4.4.3. Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração .....	531
4.4.4. Destruição ou inutilização de produto.....	533
4.4.5. Suspensão de venda e fabricação de produto .....	533
4.4.6. Embargo de obra ou atividade .....	533
4.4.7. Demolição de obra .....	534
4.4.8. Suspensão parcial ou total de atividades.....	535
4.4.9. Restritiva de direitos.....	535
4.5. Procedimento administrativo: linhas gerais.....	535
4.6. Prescrição .....	536
5. Responsabilidade penal.....	537
5.1. Introdução.....	537
5.2. Natureza Jurídica .....	538
5.3. Competência para julgamento .....	538
5.4. Peculiaridades .....	539
5.4.1. Normas penais em branco .....	539
5.4.2. Sujeito Ativo.....	540
5.4.2.1. Pessoa física .....	540
5.4.2.2. Pessoa jurídica .....	541
5.4.3. Sujeito Passivo .....	542
5.4.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	542
5.4.5. Excludentes de Ilícitude.....	543
5.4.6. Princípio da insignificância.....	544
5.5. Crimes.....	545
5.6. Sanções.....	545

5.6.1. Aplicáveis às pessoas jurídicas.....	545
5.6.2. Aplicáveis às pessoas físicas.....	546
5.6.3. Atenuantes .....	548
5.6.4. Agravantes.....	548
5.6.5. Causas de aumento .....	549
5.7. Da ação penal e do processo penal.....	549
5.8. Prescrição .....	551
6. Termo de ajustamento de conduta .....	552
6.1. Noções gerais.....	552
6.2. Natureza Jurídica .....	553
6.3. Legitimidade .....	553
6.4. Repercussões na seara ambiental.....	554
6.5. Advento do novo Código Florestal: revisão de TAC celebrado anteriormente	556
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	557
8. Legislação específica correlata .....	570
9. Questões de concurso .....	586
9.1. Questões .....	586
9.2. Gabarito e comentários.....	590

## **CAPÍTULO XIV**

PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM JUÍZO.....	593
1. Introdução .....	593
2. Aandado de segurança .....	594
3. Ação civil pública.....	596
4. Ação popular .....	598
5. Desapropriação .....	599

6. Súmulas e orientações jurisprudenciais (STJ e STF) .....	601
7. Legislação específica correlata .....	607
8. Questões de concurso .....	611
8.1. Questões .....	611
8.2. Gabarito e comentários.....	612

---

**CAPÍTULO XV**

REVISÃO FINAL .....	615
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	649